

## O município e o processo eleitoral de 1954 no Piauí

Ábdon Eres da Silva Neto<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem o objetivo de analisar a relação existente entre o município e as eleições de 1954 no Piauí. Para isso, examinamos as atas da Assembleia Legislativa no referido ano e selecionamos as que se reportavam aos municípios piauienses ou às localidades que desejavam a emancipação política. A partir daí pudemos visualizar que nos seus discursos, dentro do contexto eleitoral, os deputados deixavam transparecer disputas por influência em várias localidades do estado. Escolhemos esse ano em especial, porque foi nele que percebemos um aumento considerável na criação de municípios e, longe de ser um fato isolado, apontou para comportamentos políticos que faziam parte das culturas políticas do estado, onde, principalmente, conseguir aumentar o apoio das localidades era crucial para conquistar a vitória nas eleições.

**Palavras-chave:** Municípios. Eleições. Culturas políticas.

**Abstract:** This article aims to analyze the comparison between municipalism and the 1954 elections in Piauí. It was selected the elements that were related to the reading of some lines, the leaves inpronouncement, the state deputies in the year of 1954. They were selected as reference for the municipalities or the localities that wanted a political emancipation and after that they could visualize that in their speeches, within the electoral context, the deputies left transparencies for several questions in several localities of the state. We chose this year in particular, because what we perceive an increase in the generation of municipalities and is, a specificfact, aim to condition the politicians who are part of the partis an political culture of the state, where, mainly, to be able to increase the support of the localities was crucial to winning an election victory.

**Keywords:** Municipalities. Elections. Political cultures.

### Introdução

No ano de 1950 o Piauí contava com uma população total de 1.045.696 habitantes. Grande parte dessa população, 1.037.541, declarava-se pertencente à religião católica e apenas 155.145 sabiam ler e escrever (CENSO DEMOGRÁFICO 1950). Segundo Martins et al (2003), 83, 7% da população do Estado nesse ano vivia na zona rural. Quanto à ocupação, 82,2% dedicava-se a atividades do setor primário, 3,7%, às do setor secundário e 14,1%, às do setor de serviços. Entretanto, essa maior quantidade de pessoas no setor primário não era sinônimo de grande produção, uma vez que a contribuição dessas atividades ao produto local era baixa. Os setores industriais compunham-se de pequenas unidades artesanais que produziam açúcar,

---

<sup>1</sup> Mestrando em história pela Universidade Federal do Piauí.

aguardente, rapadura, calçados, redes etc. As indústrias que se destacavam eram a química, farmacêutica e têxtil por sua maior envergadura e o comércio se responsabilizava por 22, 8% da renda interna do Estado (MARTINS et al, 2003).

No âmbito político, para a segunda legislatura que se iniciou em 1951, o governador eleito foi Pedro de Almendra Freitas<sup>2</sup> e o vice-governador e presidente do legislativo foi Tertuliano Milton Brandão<sup>3</sup>. Os deputados estaduais que iniciavam suas atividades políticas naquele ano dividiam-se em quatro agremiações partidárias: União Democrática Nacional (Alberto Tavares Silva, Antenor Martins Neiva, Alberto Bessa Luz, Ezequias Gonçalves Costa, Francisco Ferreira de Castro, Gumercindo P. Saraiva Ribeiro, João Ribeiro de Carvalho, Joaquim Gomes Callado, José Ribamar de Castro Lima, Manoel Nogueira Lima, Mário José de Andrade, Milton de Aguiar, Orlando Barbosa de Carvalho, Raimundo Vaz da Costa Neto e Wenceslau de Sampaio); Partido Social Democrático (Antônio dos Santos Rocha, Antônio Félix de Carvalho, Alcides Martins Nunes, Adalberto de Moura Santos, Augusto Rocha Neto, Constantino Pereira de Sousa, Clóvis de Melo, Caio Coelho Damasceno, Epaminondas Castelo Branco, Edgard Nogueira, Edison Dias Ferreira, João Clímaco d'Almeida, Otávio Miranda e Waldemar Ramos Leal); Partido Trabalhista Brasileiro (Darcy Fontenele de Araújo e Inácio Soares da Silva); e Partido Social Progressista (Agenor Barbosa de Almeida) (TITO FILHO, 1980).

Em 1954, ocorreu a terceira disputa eleitoral para o Senado, Câmara dos deputados, Assembleia Legislativa e governo estadual depois da queda do Estado Novo, regime autoritário de Getúlio Vargas. O que chama a nossa atenção nesse cenário refere-se aos municípios criados. Observando os dados do quadro a seguir podemos perceber que o ano da década de 1950 em que foram criadas mais unidades municipais foi 1954, sendo instituídos sete (07), de um total de dezenove (19): Conceição do Piauí, Água Branca do Piauí, Elesbão Veloso, Inhuma, Pimenteiras, Simões e Angical do Piauí.

MUNICÍPIOS CRIADOS NO PIAUÍ NA DÉCADA DE 1950		
Ano	Município	Nº da Lei Estadual
1950	-	-
1951	-	-
1952	Itaueira	Lei Nº 743 de 29.10.52

<sup>2</sup> Pedro de Almendra Freitas foi comerciante e político, nascido em José de Freitas em 1º de março de 1891. Foi vereador e presidente da Câmara Municipal de sua terra natal. Governou o Piauí no período 1951 a 1955. Presidiu a Associação Comercial do Piauí. (GONÇALVES, 2003).

<sup>3</sup> Tertuliano Milton Brandão nasceu em Pedro II em 1916. Foi prefeito de sua terra natal, deputado estadual, signatário da Constituição de 1947, vice-governador do Estado, presidente da Assembleia Legislativa e juiz do Tribunal de Contas do Estado. Elegeu-se deputado federal em cinco legislaturas (GONÇALVES, 2003).

1953	Matias Olímpio	Lei Nº 894, de 29.10.53
	Curimatá	Lei Nº 895, de 29.10.53
1954	Conceição do Piauí	Lei Nº 924, de 12.2.54
	Água Branca	Lei Nº 979, de 30.04.54
	Elesbão Veloso	Lei Nº 983, de 13.5.54
	Inhuma	Lei Nº 985, de 17.5.54
	Pimenteiras	Lei Nº 1.040, de 16.7.54
	Simões	Lei Nº 1046, de 22.7.54
	Angical do Piauí	Lei Nº 1054, de 24.7.54
1955	Monte Alegre	Lei Nº 1133, de 6.6.55
	Nazaré do Piauí	Lei Nº 1212, de 8.9.55
1956	Capitão de Campos	Lei Nº 1432, de 30.11.56
	Monsenhor Hipólito	Lei Nº 1445, de 30.11.56
	Santa Cruz do Piauí	Lei Nº 1446, de 30.11.56
	São Francisco do Piauí	Lei Nº 1453, de 30.11.56
	São José do Peixe	Lei Nº 1440, de 23.11.56
1957	Landri Sales	Lei Nº 1541, de 30.7.57
	Eliseu Martins	Lei Nº 1542, de 30.7.57
1958	-	-
1959	-	-

Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO PIAUÍ. Teresina, v.15, p. 1 – 513, 2007. Disponível em: <[http://www.cepro.pi.gov.br/download/200801/CEPRO22\\_04cea7f8c7.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/200801/CEPRO22_04cea7f8c7.pdf)>. Acesso em: Maio de 2018.

O que explicaria, no referido ano eleitoral, o acréscimo de unidades municipais? A nossa hipótese é a de que a criação de municípios (municipalismo) pode ter sido usada como meio para conseguir apoio eleitoral nas novas localidades instaladas, realçando as relações de compromisso estabelecidas entre grupos locais e a esfera estadual. Para isso não nos limitamos às datas em que foram inseridos, mas ao processo que levou para serem aprovados os projetos de leis para sua criação. Antes de ser aprovada a lei, o território que almejava o desmembramento encaminhava para a Assembleia Legislativa um projeto que, se aceito, entrava em discussão e passava por três votações, até obter o parecer final. Estas podiam se estender por mais de uma sessão e se prologar por vários meses. Foi no acompanhamento dessas discussões e votações por meio das atas da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí no ano de 1954 que percebemos que o processo de criação municipal estava mergulhado dentro da cultura política partidária piauiense, evidenciando que a aprovação de um projeto era permeada por disputas que remetiam às formas de conduzir a política no Estado, visando, especialmente, ganhar o pleito eleitoral.

Para nossa análise levamos em conta dois elementos: o primeiro deles refere-se ao engajamento dos deputados com os municípios, que pode ser percebidos nas atas de dois modos. O primeiro pelo envio de condolências aos líderes políticos que morriam, apontando para algo que ia além de formalidades, revelando práticas políticas e religiosas do período e a segunda

pelo envolvimento dos deputados na criação de municípios, o que aponta para a possibilidade de formação, com essa prática, de currais eleitorais, encaminhando o eleitor para votar em quem o líder local mandava, caracterizando o que Vitor Nunes Leal chama de “voto de cabresto” e o segundo elemento são as referências feitas aos municípios nas falas dos deputados. Por meio delas, pudemos perceber que os políticos da Assembleia Legislativa traziam constantemente denúncias de casos de violência cometidas por membros dos partidos, especialmente, da ala situacionista. A violência era uma prática comum na política piauiense do período.

Nesse sentido, tornou-se importante, para a nossa análise, entendermos o ambiente político em que as eleições de 1954 se inseriram, pois foi nesse cenário, pós-1945, que se delinearão os grupos partidários que disputaram esse pleito. Na esfera nacional, 1945 marca a queda do Estado Novo e o início da primeira experiência democrática brasileira. Sobre essa transição, Lucilia Delgado (2010) ressalta as ações do governo em adotar estratégias para controlar o modo como as mudanças - que já eram inevitáveis - iriam acontecer. Uma delas foi a definição de regras políticas que, dentre outras, destacamos “a convocação de eleições majoritárias para presidência da República e a implantação de um sistema pluripartidário de bases nacionais” (DELGADO, 2010, p. 134). Com isso, os principais partidos surgidos no período foram o Partido Social Democrático (PSD) que agrupou os favoráveis a Getúlio Vargas, como os interventores que faziam parte do quadro estadonovista, representantes das oligarquias estaduais e alguns segmentos da classe média urbana; a União Democrática Nacional (UDN) que reuniu boa parte dos que eram divergentes do governo estado-novista, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que agrupava, dentre outros, os trabalhadores sindicalizados e os operários e, assim como o PSD, era getulista; e o Partido Comunista do Brasil que finalmente consegue ser legalizado (DELGADO, 2010). No Piauí, a constituição desses partidos ocorreu de forma parecida. Segundo Marylu Alves de Oliveira (2016, p. 113) o PSD era composto por grandes comerciantes, líderes ruralistas e profissionais liberais que atuaram no Estado Novo. A UDN, por sua vez, era composta por ricos comerciantes e por grande número de bacharéis formados em direito. Já o PTB e PCB, de acordo com a referida autora, eram pequenos e sua penetração no Estado ainda acontecia de forma pontual e, “apesar da existência de outras siglas no Piauí, as disputas políticas partidárias, logo após o fim do *Estado Novo* em 1945, polarizavam-se entre UDN e PSD” (OLIVEIRA, 2016, p. 114).

De acordo com Lucilia de Almeida Neves Delgado (2010, p. 134) essa medida rompeu com a estruturação partidária regional, tradição brasileira que alimentou por muitos anos as oligarquias estaduais. Entretanto, isso não significou a ocorrência de bruscas mudanças, como o desaparecimento de antigas práticas políticas. Segundo Lucilia Delgado, o que caracterizou

essa conjuntura foia dicotomia de “transformações com permanências” (DELGADO, 2010, p. 131). Nesse contexto de transformações com continuidades não poderíamos deixar de fora a análise que Vítor Nunes Leal (1997) faz do coronelismo, definindo-o como uma adaptação do poder privado para coexistir com um regime político de extensa representatividade. De acordo com o já mencionado autor, na história ulterior da República

A concentração de poder continuava a processar-se na órbita estadual exatamente como sucedia na esfera provincial durante o Império; mas, como a eleição do governador de Estado não dependia tão puramente da vontade do centro como outrora a nomeação do presidente de província, o chefe do governo federal só tinha duas alternativas: ou declarar guerra às situações estaduais, ou compor-se com elas um sistema de compromisso que, simultaneamente, consolidasse o governo federal e os governos estaduais (LEAL, 1993, p. 123).

Desde o Império, para manter seu poder, o governo central controlava as províncias por meio do mando exercido sobre os presidentes, escolhidos segundo sua vontade. Com a República, a escolha do governo do estado, esfera que substituiu a província, não era mais privilégio exclusivo da União, pois agora, em um regime representativo, era necessário contar com o eleitorado e para garantir o controle sobre ele nas localidades mais distantes foi preciso o estabelecimento de trocas de favores entre a união (o poder público) e os chefes locais. Estes últimos, os “coronéis”, em geral donos de terras, representavam, para os roceiros, um ponto de apoio, com quem podiam contar nos momentos difíceis, trabalhando em troca de colheita ou pedindo dinheiro emprestado. Tendo os “coronéis” como benfeitores, os trabalhadores rurais lutavam “com o ‘coronel’ e pelo ‘coronel’”. Aí estão os *votos de cabresto*, que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica e rural” (LEAL, 1997, p. 44). Tínhamos aí o estabelecimento de relação de submissão política, o que aumentava o prestígio dos “coronéis” e dava-lhes condições de negociar com a esfera estadual.

Apesar de sua análise remeter ao período político brasileiro conhecido como Primeira República, os elementos resultantes do “coronelismo”, como a troca de favores, o mandonismo e o filhotismo nos servem de base para entendermos a política municipal nos anos posteriores a 1945, pois, as mudanças que aconteceram não apagaram antigas práticas, que deram sinais de permanência na política partidária, principalmente, o que se refere à teia de acordos/favores recíprocos entre as elites locais localizadas nos municípios e governo do Estado. Ademais, alguns partidos criados em 1945, como o PSD, continuavam a agregar os mesmos grupos políticos que atuaram durante o Estado Novo. A configuração política parece ser a mesma, apenas com outra roupagem. O que queremos destacar é essa possibilidade dos grupos de tentar se adaptar à nova conjuntura, de modo a não perder as antigas redes de relações que possuíam.

Partimos da ideia de que a criação de um município é um “ato eminentemente político” (MEIRELLES, 1993, p.61), porém, mergulhado dentro do contexto cultural de um determinado lugar e tempo. Dessa forma, a cultura política definida por Rodrigo Patto Sá Motta (2009, p.21) como um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado [...]” nos serve de chave para entendermos o comportamento dos deputados estaduais em aprovar os projetos de criação de unidades municipais. Assim, “o fenômeno da cultura política surgiu oferecendo uma resposta mais satisfatória” (BERSTEIN, p. 349) para explicarmos a fragmentação municipal do Piauí em 1954 que não seja pelo estabelecimento direto de uma causa política, mas que permita “compreender as motivações dos atos dos homens num momento da sua história, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função de sua leitura do passado [...]” (BERSTEIN, p. 363).

### **Municípios, disputas e vínculo eleitoral**

Consideremos a fala do deputado estadual Joaquim Gomes Callado<sup>4</sup>, registrada na ata da sessão de 8 de junho de 1954 da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí. Na ocasião, o referido deputado afirma que

[...] a sua presença na tribuna tinha por objetivo denunciar à Casa fatos criminosos e de flagrante desrespeito à Constituição do Estado, que estariam sendo praticados pelo senhor Governador do Estado, no novo município de Água Branca. Depois de outras considerações, esclareceu o senhor deputado Gomes Callado, entre outras cousas, que aquele município nem sequer fora instalado, e já o senhor Governador está lavrando uma série de nomeações ilegais e institucionais, com fins manifestamente político-partidários, para ocupar cargos ali inexistentes. Adiantou que o Chefe o Executivo Estadual se engana completamente ao atribuir que agindo dessa maneira arbitrária, consegue obter vitória eleitoral no município de Água Branca, onde o orador diz que dispõe de esmagadora maioria, porque conta com o apoio decidido da quase totalidade da população (ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 8 jun. 1954).

Joaquim Gomes Callado elegeu-se deputado estadual pela UDN. A localidade a que se refere localiza-se a menos cem (100) quilômetros de Teresina, a capital do Estado do Piauí. Como relatou, o município de Água Branca ainda não estava instalado, o projeto que o desmembraria de São Pedro do Piauí, de sua autoria, ainda se encontrava em discussão na Assembleia Legislativa desde abril de 1954. A reclamação evidencia a rivalidade entre ele e o

---

<sup>4</sup> Joaquim Gomes Callado foi comerciante e político, nascido no Ceará. Chegou a Água Branca em 1877. Foi um dos primeiros comerciantes da localidade. Deputado estadual (1951-1955). Iniciou o movimento em prol da emancipação política do povoado, conseguindo a aprovação da Lei nº 979, de 30 de abril de 1954 que criou o município de Água Branca (GONÇALVES, 2003).

governador Pedro Freiras, vencedor do pleito para governo do Estado em 1950 pelo PSD. Entretanto, o que mais chama nossa atenção é a denúncia da atitude do governador em fazer nomeações para cargos ainda inexistentes o que, de acordo com Gomes Callado buscava conquistar o eleitorado do novo município. Reparemos que o deputado em questão aponta para uma prática que não é desconhecida na política brasileira: a distribuição de cargos públicos para aliados políticos. Isso se aproxima do que Vítor Nunes Leal chamou de “negar pão e água ao adversário”, isto é:

Para favorecer os amigos, o chefe local resvala muitas vezes para a zona confusa que medeia entre o leal e o ilícito, ou penetra em cheio no domínio da delinquência, mas a solidariedade partidária passa sobre todos os pecados uma esponja regeneradora. (LEAL, 1997, p. 60).

No caso, a solidariedade partidária se fez por meio da inserção na administração municipal de companheiros políticos, deixando de fora os que são aliados ao partido adversário. Se por um lado Pedro Freitas garantia o apoio do eleitorado por meio do oferecimento de emprego, por outro, o deputado Gomes Callado garantia pelo fato de ser o autor do projeto de criação do município de Água Branca. Esse é, provavelmente, um dos elementos que o faz afirmar tão veementemente que possui o apoio decidido de quase totalidade da população.

Nessa época, votar a favor da criação de um município parecia ser importante para aumentar influência naquela localidade, fator que pode ser observado no pedido do deputado Hélio Leitão<sup>5</sup> (UDN)

[...] no sentido de ser adotado o critério de votação nominal com relação ao projeto de criação do município de Monsenhor Hipólito. Explicou o senhor deputado Hélio Leitão que requeria a adoção dessa medida para evitar dúvidas futuras, e prevenir a eventualidade de certo deputado reproduzir que praticou quando da votação do projeto de lei que criou o município de Itainópolis, isto é, não tendo tomado parte na votação desse projeto, posteriormente, alardeou em Itainópolis que havia votado a favor da proposição, quando na realidade nem sequer se achava presente no recinto, e para tirar ainda maior proveito político assoalhou o boato de que o orador e o deputado Alberto Monteiro<sup>6</sup> não tinham votado a favor do referido projeto, quando havia acontecido exatamente o contrário.

---

<sup>5</sup> Hélio das Chagas Leitão nasceu em 1914 em Picos. Filho do Cel. Joaquim das Chagas Leitão, intendente municipal (prefeito de Picos de 1900 a 1902) e de sua segunda esposa Anisia Ferreira Nunes Leitão. Foi escrivão da “Mesa de Renda do Tesouro do Estado do Piauí” na cidade de Picos. Em 1946 candidatou-se a uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado pela UDN, sendo eleito. Na eleição seguinte, tornou-se suplente, sendo chamado para exercer o cargo (ROCHA, 2016).

<sup>6</sup> Alberto de Moura Monteiro nasceu em Picos em 1913. Filho de Joaquim Monteiro de Carvalho e Joaquina Francisca de Moura Carvalho, formou-se em Direito na cidade do Rio de Janeiro. Destacou-se nos meios políticos e literários. Como político, foi eleito por seis legislaturas consecutivas, perfazendo um período de 24 anos de vida parlamentar. Em 1950 candidatou-se deputado estadual pelo PSD, tornando-se suplente e sendo chamado para assumir o cargo (ROCHA, 2016).

O pedido do deputado Hélio Leitão visava registrar a votação nominal para a criação do município de Monsenhor Hipólito, assim, era possível saber quem tinha votado a favor ou contra, evitando problemas como o que ele ressaltou em sua fala. Vejamos que a expressão usada pelo orador e que foi registrado pelo redator da ata foi “tirar ainda maior proveito político”. O episódio que ele queria evitar que acontecesse nos dá um indício de que a criação do município - no caso, Itainópolis - foi objeto de disputa dos deputados e, de acordo com a fonte, possivelmente utilizado para conseguir vantagem política na localidade. Não podemos afirmar que a intenção do deputado referido por Hélio Leitão tenha sido essa, porém deixa rastros de que este tinha a ideia de que votar contra a criação de um município era elemento de desvantagem política na nova localidade que seria instituída, caso contrário o boato espalhado pelo deputado não teria causado o efeito que causou.

O que nos ajuda a entender essa situação é o entendimento do deputado Hélio Leitão de acreditar que o voto favorável à criação do município era uma maneira de gerar vínculos com a população da localidade. Noção compartilhada pelo outro deputado que, segundo Hélio Leitão, espalhou o boato com a intenção de retirar do adversário e concentrar para si o crédito pelo apoio à criação do município. Analisando a maneira como o orador constrói seu argumento, podemos inferir que a base do seu raciocínio é a de que o voto favorável ao projeto na Assembleia era recebido pela população como um favor, passando o eleitorado a ter uma dívida com o deputado, que seria paga com o voto no pleito eleitoral.

A noção de “voto de cabresto” de Vítor Leal Nunes para definir o vínculo de dependências entre o coronel e os trabalhadores (estabelecido pela violência ou pela necessidade deste último de garantir sua sobrevivência) é uma lente interessante para enxergarmos que os deputados utilizavam a criação de unidades municipais para garantir apoio eleitoral nos novos municípios criados, construindo um vínculo de dependência baseado no serviço que o deputado realizou naquela localidade. Por mais que este político não se envolvesse diretamente com o local, o seu nome permanecia como o facilitador daquele processo, uma vez que os projetos dependem da aprovação desses líderes. Nesse sentido, o desmembramento de território para a formação de novas unidades autônomas é um processo que pode ter se ligado às práticas coronelistas: os deputados apoiavam o projeto solicitado pelos prefeitos ou líderes políticos e estes garantiam o apoio da população das comunas. É um dos casos em que a *cultura política partidária*, que se refere à concessão de favores em troca de

votos se cruza com a *cultura política popular*, que direciona o apoio eleitoral não à proposta do partido, mas ao benefício imediato que o candidato lhe trouxe<sup>7</sup>.

Ainda nesse sentido, o engajamento dos deputados com os municípios podia acontecer por meio de visitas a essas localidades. Tal empreendimento parecia ser o momento oportuno para reforçar laços políticos com as lideranças locais e vínculos com os demais moradores. Era bastante comum que os membros da Assembleia recebessem convites para tomarem parte das celebrações relacionadas à instalação das novas unidades municipais. O procedimento da Assembleia era a formação de uma comissão para ir à localidade para participar das solenidades.

DEPUTADOS ESTADUAIS (E RESPECTIVOS PARTIDOS) QUE COMPUNHAM AS COMISSÕES PARA VISITA AOS NOVOS MUNICÍPIOS INSTALADOS							
		Municípios					
Deputado	Partido	Itainópolis	Água Branca	Conceição do Piauí	Pimenteiras	São Félix	Matias Olímpio
Alberto Monteiro	PSD	X	X	X	X	X	
Adalberto Santos	PSD	X					
Alberto Monteiro	PSD						
Antônio Carvalho	PSD						X
Bessa Luz	UDN	X		X			
Clímaco de Almeida	PSD						X
Clovis Melo	PSD						X
Costa Andrade	UDN			X			
Darcy Araújo	PTB						X
Gomes Callado	UDN	X	X		X	X	
Hélio Leitão	UDN	X			X	X	
Inácio Soares	PTB				X	X	

<sup>7</sup> De acordo com Marylu Oliveira (2016), no Piauí havia uma dissociação entre cultura política partidária e cultura política popular: “tal divisão se faz necessária pelo apartamento institucional e ao mesmo tempo simbólico do exercício das práticas culturais relativas ao universo político-partidário e o mundo das representações sociais partilhadas sobre a participação popular na política” (OLIVEIRA, 2016, p. 23). Apesar disso, a referida autora ressalta que essas culturas políticas podiam misturar-se em certos momentos, especialmente durante o processo eleitoral.

João Carvalho	UDN		X				
Martins Neiva	UDN	X					
Milton Aguiar	UDN						X
Petrônio Portella	UDN				X	X	
Santos Rocha	PSD						X
Waldemar Leal	PSD						X

Fonte: ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Piauí. Arquivo Público de Teresina. Livro de atas do ano de 1954. Forma física.

Não são explicitados os critérios de escolha dos representantes, porém, ao relacionar os deputados que formavam as comissões com os partidos dos quais fazem parte, pudemos tirar três conclusões: a primeira é que quem fazia o convite era, em geral, o autor do projeto de criação do município em questão; segundo, era o partido do deputado que possuía mais membros na Comissão; terceiro, percebemos que procurava-se manter representantes dos partidos que compunham a Assembleia Legislativa.

Os deputados relatavam a sua participação nos eventos festivos de instalação dos municípios. O deputado Costa Andrade<sup>8</sup>, por exemplo, “fez um relato minucioso das festividades que decorreram num ambiente de ordem e geral entusiasmo” nas solenidades de instalação de Conceição do Canindé (ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 5 julho, 1954). Mais do que uma preocupação com esses municípios, essa relação próxima entre alguns deputados e as novas unidades municipais é uma forma de estender a teia de influência deles e do partido. Tais interesses também podem ser evidenciados nas notas de pêsames encaminhadas pelos deputados à família dos falecidos. Em sessão do dia 29 de abril de 1954 o deputado Alberto Monteiro solicita que seja “consignados em ata votos de pesar pelos falecimentos ocorridos em Pedro II das Exc<sup>a</sup> Srs Ana Paulino Galvão e Bárbara Alves Galvão, mãe e irmã do senhor Joaquim Alves Galvão, presidente da Câmara Municipal daquela cidade, assim como da Exc<sup>a</sup> Sra Maria Orsano Monteiro, mãe de numerosa família de alto destaque social daquela cidade serrana”(ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 29 abril, 1954).

<sup>8</sup> José Severino da Costa Andrade nasceu em Simplício Mendes - PI em 12 de dezembro de 1906. Foi professor, jornalista e orador. Foi Deputado Estadual à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nas legislaturas iniciadas em 1951, 1955 e 1959. Em 1952, apresentou à Assembleia Legislativa Estadual, um projeto de lei propondo a criação do município de Conceição do Canindé, que logrou sua aprovação, instalado em 01 de julho de 1954 (GONÇALVES, 2003).

Percebamos que os pesares emitidos não eram para qualquer cidadão, eram para pessoas de destaque social e, especialmente, de importância política e, muitas vezes, os deputados deixavam isso evidente nas próprias falas, como o destacado acima ou no caso da sessão de 09 de julho de 1954, quando o deputado Constantino Pereira solicita que sejam apresentados pêsames pelo falecimento do senhor Mateus Valente de Figueredo, “cidadão de destaque social e político, cujo óbito aconteceu em Canto do Buriti” (ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 9 jul., 1954).

A interação, assim, entre os deputados estaduais e os municípios por meio envio de condolências é algo constante nas atas analisadas e sempre havia o retorno por meio de telegramas, onde a família do extinto agradecia as homenagens póstumas. Isso além de reforçar os laços políticos entre os deputados e os “cidadãos de destaque social” dos municípios, evidencia a existência de práticas políticas imbricadas pela religiosidade do período.

Por conseguinte, as disputas em torno da criação dos municípios, percebidas por meio da solicitação de votação nominal e o estabelecimento de diálogos com as lideranças municipais apontam para o interesse que os deputados tinham em capturar o apoio do eleitorado.

### **Política e violência nas eleições de 1954**

Enquanto lugares de disputas políticas, os municípios possuíam considerável poder de decisão eleitoral. Conseguir o apoio de algum deles representava a oportunidade de penetrar no domínio exercido pelos partidos adversários. É possível pensar assim se observarmos que era neles que ocorriam algumas das principais disputas eleitorais e onde os embates entre os políticos podiam ser mais intensos. Em sessão do dia 18 de junho de 1954, o deputado João Carvalho<sup>9</sup> (UDN), reclamou das graves ameaças sofridas pelos seus correligionários por parte de Gonçalo Castro, em Amarante, local onde ele disse querer fazer uma campanha pacífica, entretanto, adverte que se seu adversário continuar pelo caminho da violência estará “disposto a enfrentá-lo ao lado dos seus amigos, seja qual for o terreno que aquele prócer pessedista queira seguir” (ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 18 jun. 1954). Resolver os problemas políticos com o uso da violência fazia parte da *cultura política partidária* do Piauí, colocando-se, no caso, como a solução mais cabível, dadas as condições em que já vinham acontecendo em Amarante.

---

<sup>9</sup> João Ribeiro de Carvalho nasceu em Amarante- PI em 1890. Farmacêutico, professor e chefe político de grande prestígio em Oeiras, antiga capital piauiense. Foi Deputado Estadual em cinco legislaturas (1947-1967). Vice-presidente da Assembleia Legislativa do Piauí. Prefeito de Oeiras, de 1935 a 1977 (GONÇALVES, 2003).

Ao tratar do Piauí no pós-1945, Marylu Oliveira afirma que

A existência de ameaças, de capangas, de revólveres e, algumas tantas vezes, de mortes, fazia parte das práticas políticas partidárias, compondo importante elemento da trama que caracterizou o *contexto cultural* do Piauí naquele período. Tais aspectos não poderiam desaparecer do exercício político local simplesmente porque o *Estado novo* ou o interventor saíram de cena, pois aquela era a forma como muitos políticos locais resolviam as desavenças (OLIVEIRA, 2016, p. 119).

Com isso, queremos destacar que as práticas políticas tradicionais, observadas no país desde os primeiros anos da República como as trocas de favores entre as esferas estaduais e municipais e o uso da violência para resolver problemas políticos (no caso do Estado Novo) tem seus resquícios nas eleições que aconteceram posteriormente. E, ademais, apontam para a existência de um conjunto de referências compartilhadas sobre a forma de agir dentro da política. Pedro Freitas, eleito governador em 1951, prometia pacificar a política local. Porém, em sua gestão “os ânimos poderiam até ter arrefecido na capital, mas mantinham-se acirrados em outras partes do Estado, pois há indícios de que no interior do Piauí as disputas entre os correligionários *pessedistas* e *udenistas* continuavam intensas” (OLIVEIRA, 2016, p. 136). É com esses traços que as eleições de 1954 ocorreram.

Em sessão do dia 18 de junho de 1954, o deputado Alberto Monteiro (PSD) propõe-se a tratar do momento de tensão política em Fronteira, denunciando as intensas perseguições que os adversários do governo vinham sofrendo, mas primeiro comunica à Assembleia a formação de uma chapa composta pelo vice-prefeito de Fronteiras, por membros da União Democrática Nacional e Partido Trabalhista Brasileiro “chapa essa que o orador considera indiscutivelmente vitoriosa”(ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 15 julho, 1954). Lembremos que no Piauí, havia uma polarização partidária representada pela UDN e PSD. Porém, durante o mandato do governador Pedro Freitas esse dualismo começou a demonstrar sinais de crise, pois o PTB passa a disputar espaço na política local (OLIVEIRA, 2016, p. 137). Desse modo, o apoio desse partido podia ser crucial para definir as eleições.

O deputado Alberto Monteiro segue adiante em sua fala denunciando arbitrariedades da polícia que intimida a mando do governo situacionista de Fronteira os “pobres lavradores” de Alagoinha “que não leem pela cartilha política do senhor governador”. Disse ainda estar informado que o prefeito “apossou-se do prédio de uma escola rural que se encontrava fechada, e lá deu posse ilegalmente a um professor” (ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 15 julho, 1954).

Prosseguindo, disse que quando estava no povoado Caldeirão Grande, assistiu o “Prefeito José Aquiles, juntamente com o sogro que é, ao mesmo tempo, tesoureiro da Prefeitura de

Fronteiras, a polícia e outros elementos, pressionarem o eleitorado para votar com o governo, chegando ao ponto, do sogro do prefeito retirar um revólver do coldre para atirar contra um ex-correligionário, por este ter se decidido a ficar com as oposições.” O deputado disse ainda ter sido ameaçado pelo “sogro e tesoureiro da prefeitura – senhor Noberto Ângelo Pereira” que aduziu que se o referido deputado andasse em Fronteiras, “se desgraçariam e as cousas não dariam certo”(ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 15 julho, 1954).

Da fala do deputado Agenor Almeida<sup>10</sup> podemos observar duas características do coronelismo: o filhotismo e a sua outra face, o mandonismo. Reparemos que, nas suas palavras, o orador enfatiza e repete que o senhor Noberto Ângelo Pereira, que é quem lhe ameaça, é, ao mesmo tempo sogro e tesoureiro da prefeitura. A forma como trata disso dá a entender que pretende denunciar que a escolha do prefeito para o cargo de tesoureiro foi em virtude da relação familiar e que, por terem essa proximidade, as ações do tesoureiro convergem com as do prefeito. Dessa forma, as características negativas não pairam sobre um ou outro sujeito, mas sobre todo o governo daquela cidade. Além disso, isso evidencia uma característica das formas de fazer política no Brasil, da qual o Piauí não está isento, que é a nomeação de pessoas conhecidas, amigas ou da família para ocupar cargos administrativos, excluindo qualquer um que não “leia pela cartilha” dos políticos situacionistas. Ou, nas palavras de Vítor Nunes Leal (1997, p. 61) a convocação “de muitos agregados para a ‘gamela’ municipal”, mesmo que não possuam preparo técnico para ocupar o cargo. Este é um elemento que fazia parte da *cultura política partidária* do Piauí nesse período.

O mandonismo, por sua vez, se refere às relações entre o chefe local e os adversários e se traduz pela perseguição a esses últimos: “para os amigos pão, para os inimigos pau” (LEAL, 1997, p. 61). A hostilidade, o uso de armas e a decisões autoritárias são elementos que continuaram a caracterizar o clima eleitoral piauiense. O discurso do deputado em questão é pautado pela sua posição enquanto opositor do governo do estado, mostrando-se, sempre que possível, comovido com a situação dos “pobres” que são oprimidos pela ala governista, representada pelo PSD que, comete, na leitura do deputado, arbitrariedades em praticamente todos os povoados e tem a conivência da polícia local. Entretanto, lembremos que os “documentos do passado não foram elaborados para o historiador, mas sim para atender a necessidades específicas do momento” (BACCELAR, 2008, p. 69), dessa forma, o objetivo das

---

<sup>10</sup> Agenor Barbosa Almeida foi médico e político, nascido em Palmeirais. Coronel e médico reformado da Polícia Militar. Foi diretor do Hospital Getúlio Vargas de Teresina. Presidente do Instituto de Assistência Hospitalar e Secretário-geral do Estado. Deputado estadual e primeiro vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado. Nessa qualidade esteve no exercício de Governador do Estado (04 a 11 de março 1952) (GONÇALVES, 2003).

atas era apenas registrar o que havia ocorrido na sessão. É possível que o orador, que teve sua fala registrada na ata, tenha pautado seu discurso nas características negativas dos adversários políticos por acreditar que isso enfraqueceria o poder eleitoral deles.

Em sessão de 21 de junho de 1954, o deputado Agenor Almeida (PSP) relata perseguições contra Vicente Macedo perpetradas pela polícia na localidade Água Branca. O referido deputado relatou que Vicente Macedo, “se encontra privado de ir àquela cidade, transportar a sua família, por estar ameaçado de espancamento pela polícia” (ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 21 jun. 1954). Finaliza sua fala culpando o governo do Estado, ressaltando que a oposição trabalhará por um governo mais justo e honrado. Reparemos que nos dois casos, em Fronteira e Água Branca, a situação parece ter poder para proibir membros da oposição até de entrar na cidade, a custo de grande violência caso isso ocorra.

Mais uma vez, Vítor Leal Nunes nos auxilia no entendimento desse contexto. Ao tratar sobre a importância do apoio do governo estadual para os grupos situacionistas dos municípios, lista, dentre outros, a colocação de empecilhos a iniciativas da oposição, ignorar perseguição dos inimigos políticos, negar favores e destaca que “nada disso, via de regra, se compara a esse trunfo decisivo: pôr a polícia do Estado sob as ordens do chefe situacionista local” (LEAL, 1997, p. 69). Ter a polícia sob seu controle permitia aos chefes políticos perseguir, ameaçar e forçar os adversários a votar nos candidatos que lhes interessava. Mas precisamos entender essas denúncias ao PSD dentro da disputa política daquele momento. As palavras vêm de um opositor e elas buscam minar o poderio do PSD nas diversas localidades do estado. Lembremos que esse era o partido situacionista e, como já evidenciamos, foi constituído, especialmente, pelos apoiadores do Estado Novo. Assim, o que pode ter intensificado essas denúncias aos pessedistas foi a associação desse partido, especialmente na figura de Leônidas de Castro Mello<sup>11</sup>, seu líder, ao governo estadonovista, este último lembrado no Piauí pelo seu caráter autoritário e “respaldado pela força policial” (OLIVEIRA, 2016, p. 119).

Leônidas de Castro Mello, entre as décadas de 1930 e 1940, permaneceu como interventor e governador, acumulando nesse tempo “grande força política nas várias instituições jurídicas, administrativas e públicas no Estado” (OLIVEIRA, 2016, p. 114). Acreditamos que esse seja um dos elementos que podem ter norteado a campanha oposicionista (UDN), que

---

<sup>11</sup>Leônidas de Castro Mello foi médico e político, nascido em Barras do Marataoan, Estado do Piauí. Foi Delegado do Serviço Industrial Pastoral, professor e Diretor do Liceu Piauiense e da Escola Normal Oficial. Elegeu-se Conselheiro Municipal de Teresina, deputado federal (1951- 1955) e senador da República (1955- 1963). Presidiu como Conselheiro o Tribunal de Contas do Estado. Fez parte do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais. Governador do Piauí (3 de maio de 1935 a 23 de novembro de 1937) e Interventor Federal (24 de novembro de 1937 a 9 de novembro de 1945). Nenhum político governou o Estado por mais tempo do que Leônidas Melo (GONÇALVES, 2003).

foi direcionada para as diversas localidades do interior do Piauí, buscando reunir forças nesses lugares e combater o partido situacionista (PSD), que há tempos havia fincado suas raízes. Por mais que a UDN tivesse vencido as eleições de 1946, elegendo médico Rocha Furtado, o PSD “era ligado aos tradicionais coronéis da política, que mantinham ‘currais eleitorais’ no interior” (TAVARES, 2000, p.57). Com isso, vale ressaltar que as estratégias para vencer as eleições, tanto de um como de outro, passavam pela necessidade de manter ou de conquistar votos nos municípios.

Em sessão de 17 de maio de 1954, o deputado Alberto de Moura Monteiro (PSD) relatou a sua participação em uma “grandiosa concentração política que tivera oportunidade de assistir ontem no Sítio Paraíso, do Município de São Pedro, na residência de Dona Cristina Araújo de Arêa Leão, viúva do saudoso Deputado Miguel de Arêa Leão” (ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 17 maio, 1954). Participaram da reunião pessoas com grande influência política: do Partido Social Progressista (PSP), estiveram presentes os representantes a nível estadual, municipal e da capital; da União Democrática Nacional (UDN) dois membros da bancada do Legislativo Estadual e dois membros do diretório daquele partido em São Pedro; o prefeito de Pedro II; o vereador de Fronteiras e Raimundo Rodrigues Matos, representando o deputado Gomes Callado, que é do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); representantes da Ala trabalhista e da Ala Dissidente do Partido Social Democrático, este na figura de Cristina de Arêa Leão; além de vários membros da família Arêa Leão. Pela presença de importantes representantes políticos, podemos ter noção da relevância dessa reunião para a configuração política do período, evidenciando o enfraquecimento da polarização PSD e UDN, já que outros partidos estavam entrando em cena como o PSP e o PTB. Quanto ao primeiro, podemos citar o ingresso às suas fileiras do deputado Alberto Monteiro e do vice-governador Milton Brandão, saídos do PSD. Em sessão de 15 de julho de 1954, Alberto Monteiro “exibiu credenciais que lhe foram conferidas pelo Partido Social Progressista para organizar diretórios em municípios do Sul do Estado, aduzindo que idênticos documentos foram também expedidos ao senhor Moura Filho, de Pedro II [...]” (ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 15 julho, 1954), o que nos permite visualizar a movimentação desse partido pelo estado.

Sobre o Partido Trabalhista, nesse período, emergia com cada vez mais força no cenário político piauiense, sendo seu apoio disputado para a sucessão de 1954, pela força de decisão que continha (OLIVEIRA, 2016, p. 164). Em nível nacional foi um dos partidos que mais cresceu. Segundo Lucilia Delgado (2010, p. 142) em 1945, era o partido com menor representatividade na Câmara Federal, apenas 8%. Porém, em 1962 ostentava o segundo lugar, com 29,8%. Vale destacar que a presença na reunião pessedista de membros udenistas deve-se

ao fato de que, “o PTB, naquele momento [1954], era percebido como um desdobramento da UDN” (OLIVEIRA, 2016, p. 166), pois este último sofreu desentendimentos internos, culminando com a cisão de parte de seus membros para a ala petebista.

O apoio do PTB foi para o PSD, formando a “Aliança Democrática Trabalhista”: como candidatos à disputa eleitoral de 1954 foi indicado o general Jacob Manoel Gayoso e Almendra<sup>12</sup> que, além de representar o PSD, era cunhado do então governador Pedro Freitas e para vice-governador Francisco Ferreira de Castro, representante do PTB. Tal escolha de candidatos, segundo Zózimo Tavares (2000, p. 65) consolida o sistema oligárquico no Piauí, já que culminou com a vitória do parente de Pedro Freitas sobre o candidato da UDN Joaquim Lustosa Sobrinho.

Reparemos que os políticos de outros municípios do estado fizeram-se presentes naquela reunião, como o prefeito de Pedro II, dando sinais de que a estratégia da coligação era conquistar apoio das diversas municipalidades. Em sessão de 13 de julho de 1954, o deputado Costa Andrade (UDN) toma a palavra para falar sobre a dificuldade que o PSD vinha enfrentando para encontrar o candidato para substituir Pedro Freitas no governo do Estado. O deputado citado afirma que um dos pretendentes ao cargo de Presidente do Executivo Estadual pelo PSD não recebeu apoio por parte “das forças políticas ponderáveis”, ressaltando-se entre estas as dos municípios de Picos, Valença e São Miguel do Tapuio. Ou seja, os municípios com maior força eleitoral não apoiavam o candidato a governador sugerido pelo PSD, o que o deixava num grande impasse. O deputado Costa Andrade (UDN) “aduziu que esse desajustamento político no seio do PSD também indica a ausência de um nome que inspire confiança às forças eleitorais chamadas a participarem da *grande batalha política de 3 de outubro*” (ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 13 julho, 1954).

Não podemos deixar de destacar que as críticas feitas ao PSD fundamentam-se na ideia da importância do eleitorado municipal. O partido precisava definir um candidato que fosse capaz de agregar os interesses dos grupos políticos das municipalidades e, pelo visto, estava falhando, pois, ao discorrer sobre a reunião “disse o senhor deputado Alberto Monteiro, que dona Cristina Arêa Leão, como acontecera com ele, orador, em Picos, fora vítima de um esbulho por parte do Diretório Municipal do Partido Social Democrático em São Pedro do Piauí”(ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 17 maio, 1954). O “esbulho” sofrido por Cristina de Arêa Leão levou-a a representar uma Ala dissidente desse Partido em São Pedro.O

---

<sup>12</sup> General do Exército e político, nascido e falecido em Teresina (1899-1976). Comandante da Polícia Militar e Chefe de Polícia no governo de Landri Sales. Deputado Estadual e presidente da Assembleia Constituinte de 1925. Governador do Piauí. Deputado Federal (1963-1967). Secretário Geral do Estado (GONÇALVES, 2003).

acontecido relatado pelo deputado nos leva a pensar sobre a possibilidade de as escolhas políticas do PSD não está agradando aos aliados das municipalidades, evidenciando um problema que a oposição insistia em realçar.

A reunião ocorreu em um local emblemático: na residência de Cristina Arêa Leão, em São Pedro do Piauí. Como o orador destaca, ela era a viúva do deputado Miguel de Arêa Leão, que faleceu em 1951, mas cujo nome continuou remetendo a enorme influência política que detinha na região. Era bem comum que a imagem desta mulher estivesse associada à figura do falecido esposo, já que era apresentada não como Dona Cristina, mas como Dona Cristina, a viúva do ilustre deputado Arêa Leão. Isso pode ser uma forma de perpetuar a influência do deputado depois de morto, utilizando sua imagem política a favor das eleições. E ainda como meio de criar um “lugar de memória” em torno do nome do deputado falecido. Pierre Nora, ressalta que “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas [...]”, desse modo o nome Miguel de Arêa Leão é repetido nas atas, destacado como deputado ilustre e ligado ao nome de sua esposa com o objetivo de perpetuar a sua imagem, não permitindo que seja varrida pelo esquecimento. Dentro do contexto cultural piauiense também podemos destacar, baseado no estudo de Marylu Oliveira, que “a morte – e todos os valores e crenças que a envolviam” (OLIVEIRA, 2016, p. 39) podia ser usada com fins eleitoreiros. A sensibilidade é um elemento que faz parte da *cultura política popular* na medida em que ela pode servir de motivação para votar no morto pelo sentimento em relação a ele. Mesmo que os políticos não controlem essa sensibilidade, fazia parte da *cultura político partidária* capturá-la e adequar às necessidades da campanha.

Desta maneira, as formas de fazer política no Piauí - as alianças entre os partidos, as ações tomadas, as disputas, a religiosidade, os meios de resolver os problemas – insere o municipalismo e os municípios como meio de angariar apoio eleitoral nas diversas regiões do estado, demonstrando o peso que os municípios possuíam para decidir as eleições que se aproximavam e denunciando a presença de antigas práticas políticas, que não só puderam ser vistas no pleito de 1954, mas que ainda permanecem nos dias de hoje.

### **Considerações finais**

As atas são apenas uma das possibilidades pelas quais podemos adentrar nessa temática, assim a relação entre as eleições e o município não se esgota com essa análise, podendo servir de ponto de partida para outros trabalhos. Esta pesquisa nos permitiu vislumbrar o município

enquanto área de interesse para os deputados que, em seus pronunciamentos na Assembleia Legislativa, deixavam transparecer conflitos partidários pela força eleitoral que essas comunas representavam. Isso somente pode ser entendido quando consideramos a inserção dos comportamentos políticos dos deputados em relação às municipalidades dentro do contexto cultural do Piauí nesse período, dando margem para que as ações políticas dos representantes e da população sejam apreendidas em um cenário comum, de referências, costumes e códigos conhecidos por todos e que ajudam a justificá-los.

Tais referências compartilhadas fazem parte das culturas políticas do estado, estando presentes no cotidiano da sociedade desde longo tempo. Isso evidencia a força que esses referenciais possuem, sobrevivendo às mudanças pelas quais a sociedade vem passando. Nesse trabalho realçamos elementos que tem permanecido nas práticas políticas do Estado, como a violência, o estabelecimento de vínculos entre os políticos e o eleitorado e a religiosidade e como estes estiveram imbricados com a questão municipal.

A narrativa que construímos nos permite afirmar que tanto os municípios como o municipalismo foi utilizado como parte das estratégias políticas do ano 1954 para aumentar a força eleitoral. É interessante vermos essa estratégia como uma exigência da configuração política do período, quando era necessário desmontar os currais eleitorais do interior do Estado ou, trazê-los para o seu domínio.

#### **Fontes:**

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Piauí. Arquivo Público de Teresina. *7ª sessão de 29 de abril de 1954*. Livro de atas do ano de 1954. Forma física.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Piauí. Arquivo Público de Teresina. *21ª sessão de 17 de maio de 1954*. Livro de atas do ano de 1954. Forma física.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Piauí. Arquivo Público de Teresina. *45ª sessão de 18 de junho de 1954*. Livro de atas do ano de 1954. Forma física.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Piauí. Arquivo Público de Teresina. *47ª sessão de 21 de junho de 1954*. Livro de atas do ano de 1954. Forma física.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Piauí. Arquivo Público de Teresina. *57ª sessão de 05 de julho de 1954*. Livro de atas do ano de 1954. Forma física.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Piauí. Arquivo Público de Teresina. *61ª sessão de 09 de julho de 1954*. Livro de atas do ano de 1954. Forma física.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Piauí. Arquivo Público de Teresina. *64ª sessão de 13 de julho de 1954*. Livro de atas do ano de 1954. Forma física.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Piauí. Arquivo Público de Teresina. *66ª sessão de 15 de julho de 1954*. Livro de atas do ano de 1954. Forma física.

### Referências:

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO PIAUÍ. Teresina, v.15, p. 1 – 513, 2007. Disponível em: <[http://www.cepro.pi.gov.br/download/200801/CEPRO22\\_04cea7f8c7.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/200801/CEPRO22_04cea7f8c7.pdf). > Acesso em: Maio de 2018.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-79.

BERSTEIN, Serge. Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa; Estampa, 1998, p. 349-366.

CENSO DEMOGRÁFICO E ECONÔMICOS 1950: Estado do Piauí. Rio de Janeiro, 1956.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos Políticos e frentes parlamentares: Projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 127 - 154.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado: comentado: 1549-2001*. Teresina: Halley, 2003.

LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

MARTINS, Agenor de Sousa et al. *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*. Teresina: Fundação Cepro, 2003.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Municipal Brasileiro*. 1990.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte, MG :Argvementvm, 2009, p. 13- 80.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: *Projeto História: Revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, 1981.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. *Da terra ao céu: Culturas políticas e disputas entre o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964)*. Tese (Doutorado), Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2016.

ROCHA, Vilebaldo Nogueira. *Cadeira nº18 patrono*: Hélio das Chagas Leitão. Disponível em: <<http://www.alerp.com.br/index.php?nave=navbar/principal&topico=178>> Acesso em: Jan 2019.

\_\_\_\_\_ *Cadeira nº 06 patrono*: Alberto de Moura Monteiro. Disponível em: <<http://www.alerp.com.br/index.php?nave=navbar/principal&topico=190>> Acesso em: Jan 2019.

TAVARES, Zózimo. *O Piauí no Século 20*: 100 fatos que marcaram o Estado de 1900 a 2000. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2003.

TITO FILHO, José de Arimathea. *O Poder legislativo do Piauí*: síntese histórica. Teresina: COMEPI, 1980.